

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

Edição nº 475

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	4
Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contrato e convênios	4
Avisos de licitações	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	5
----------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 475

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 25/2010

Declara hóspede oficial do Estado, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º É declarado hóspede oficial do Estado, no período de 15 a 17 de agosto de 2010, o Doutor Eduardo Abdo Yázigi, Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, Institut d'Amenagement de Ile de France, Pós-Doutorado Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de Paris, Mestre em Planejamento Urbano, Universidade de Paris, Especialização em Cinema e Técnicas Audiovisuais, Universidade de Paris, Especialização em Estudos Políticos e Sociais, Universidade de Paris, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Brasil, que participará, na qualidade de palestrante, do evento "Ciclo de Palestras – A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro", no Memorial do Ministério Público.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem aérea, transporte, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de julho de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

RESOLUÇÃO Nº 05/2010 – PGJ

Referenda enunciado aprovado pelo Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias – CONURB.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, com base no artigo 25, inciso XX, da Lei nº 7.669/82 e,

CONSIDERANDO que o Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias – CONURB, em Reunião Ordinária realizada em 11/06/2010, aprovou enunciados contendo diretrizes de atuação na área;

CONSIDERANDO que tais enunciados foram examinados e referendados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, que lançou parecer no PR.01155.00242/2010-6;

CONSIDERANDO que se mostra necessária a expedição de Resolução aos membros do Ministério Público que atuam no âmbito da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, na conveniência da atuação uniforme da Instituição,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º Ficam referendados, para a conveniência da atuação uniforme dos membros do Ministério Público, resguardada a independência funcional, os seguintes Enunciados:

"Enunciado nº 4: Nas áreas não passíveis de regularização fundiária, o Ministério Público não deve promover, por meio de inquérito civil ou de ação civil pública, a regularização do fornecimento de energia elétrica";

"Enunciado nº 5: Nas áreas passíveis de regularização fundiária, onde não haja nenhum impedimento técnico ou jurídico, o Ministério Público pode promover, por meio de inquérito civil ou de ação civil pública, a regularização do fornecimento de energia elétrica, desde que evidenciado o interesse na regularização fundiária. Não havendo o referido interesse, deverá ser buscada a regularização fundiária e da infraestrutura".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de julho de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

ARMANDO ANTÔNIO LOTTI,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

LISANDRA DEMARI,
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 475

BOLETIM Nº 307/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RETIFICAR

- o Boletim nº 297/2010, publicado no DEMP de 01/07/2010 para:

Onde se lê:

Promotoria de Justiça de Farroupilha	
Diretora	CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT (Port. 1100/2010)
Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen	
Diretor	LEONARDO CHIM LOPES (Port. 1104/2010)

Leia-se:

Promotoria de Justiça de Farroupilha	
Diretora	CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT (Port. 1100/2010)
Diretor Substituto	LEONARDO CHIM LOPES (Port. 1104/2010)
Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen	
Diretor	VAGO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 308/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 28 de junho de 2010, a Portaria nº 4117/2009 que designou o Dr. DIEGO MENDES DE LIMA, Promotor de Justiça, para atuar no Inquérito Policial Militar nº 1113.09.01/02/4, oriundo da Auditoria Militar de Passo Fundo (Port. 1371/10).

- a contar de 05 de julho de 2010, a Portaria nº 1116/2008, que nomeou a Procuradora de Justiça JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER, matrícula nº 12284246, para exercer as funções de Ouvidora do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 1398/10).

- a contar de 05 de julho de 2010, a Portaria nº 3156/2008, que nomeou o Procurador de Justiça LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ, matrícula nº 12749966, para exercer as funções de Ouvidor Substituto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 1399/10).

DESIGNAR

- a Dra. ANDREIA HERMINIA ALLIATTI, Promotora de Justiça, para atuar no Inquérito Policial Militar nº 1113.09.01/02-4, oriundo da Auditoria Militar de Passo Fundo e, no seu eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala (Port. 1372/10).

ALTERAR

- a contar de 23 de abril de 2010, a Portaria nº 0816/2009, relativa à designação de Membros do MP para exercerem, conjuntamente, a presidência e a instrução do Inquérito Civil Regional "APA do Banhado Grande", da Rede Ambiental do Rio Gravataí, para substituir a Dra. SANDRA SANTOS SEGURA, Promotora de Justiça de entrância final, matrícula nº 12750514 pela Dra. ANELISE GREHS STIFELMAN, Promotora de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 14951517 (PR.00833.00265/2010-9). (Port. 1386/10).

NOMEAR

- a contar de 05 de julho de 2010, o Procurador de Justiça LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO, matrícula nº 11568526, para exercer as funções de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 1400/10).

- a contar de 05 de julho de 2010, a Procuradora de Justiça MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO, matrícula nº 12508080, para exercer as funções de Ouvidora Substituta do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 1401/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 475

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 1404 /2010

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais, decide, **INDEFERIR** o Pedido de Reconsideração relativo ao Processo Administrativo Disciplinar, **SPU.PR.01055.00088/2010-4**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

BOLETIM Nº 309/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ALTERAR

- a contar de 14 de janeiro de 2008, a portaria nº 0057/2004 que designou servidores para integrar a Comissão de Controle do Uso de Veículos Particulares, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º do Provimento nº 12/2001, com alterações dos Provimentos nº 14/2001 e nº 31/2001, para, onde consta como membro suplente, LAURO MACIEL KORNIEWSKI, constar ANA ELISA MEIRA DE ANDRADE, matrícula nº 14960397 (Port. 1370/10).

REVOGAR

- a contar de 01 de julho de 2010, a Portaria nº 2134/2004, que designou o servidor FLORINDO PRESTES PEDROSO, Técnico Superior em Informática, matrícula nº 14952254, para exercer a função gratificada de Coordenador de Divisão, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 1388/10).

ATRIBUIR

- a contar de 01 de julho de 2010, encargos de chefia administrativa da Divisão de Informática, ao servidor ELEMAR JOÃO SCHERER, Assessor de Subprocuradoria-Geral de Justiça, matrícula nº 14973944 (Port. 1389/10).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0944/2010, que nomeou RAFAEL DELVALHAS LIEDTKE, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 1406/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 2817-09.00/10-0 CONVITE Nº 20/10

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA; **OBJETO:** prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para manutenção e reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado (RS), situado na Rua Bernardino Luís Dutra, nº 340; **VALOR TOTAL:** R\$ 19.563,10; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.79, Recurso 0164, Projeto/Atividade 9024, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 2714-09.00/10-3 CONVITE Nº 15/10

CONTRATADA: SULOBRAS – MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando à manutenção e reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Santa Rosa, situado na Rua Buenos Aires, 899; **VALOR TOTAL:** R\$ 61.992,04; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.79, Recurso 0164, Projeto/Atividade 9024, Natureza da Despesa 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PROCESSO Nº 4774-09.00/03-6

LOCADOR: EVANDRO ROGÉRIO POLETTI; **OBJETO:** prorrogação, por 06 (seis) meses, a contar de 28 de junho de 2010, do prazo de locação do imóvel situado na Rua Maximiliano Centenaro, nº 180, em São José do Ouro/RS; e reajuste do valor da locação, de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, a contar de 14 de maio de 2010, resultando, assim, na quantia mensal de R\$ 731,06; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula segunda e terceira, parágrafo primeiro, do contrato celebrado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 475

SÚMULA DO TERMO DE PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA PROCESSO Nº PR.00686.00695/2009-7

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN. **OBJETO:** A destruição das drogas apreendidas no Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico – DENARC e que se encontram sem possibilidade de vinculação com processo judicial ou inquérito policial, mediante autorização administrativa do magistrado encarregado deste assunto. **PRAZO:** 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 23-06-2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 06/2010 (Processo nº 3129-09.00/10-7) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando a construção do prédio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na cidade de Horizontina, na Rua São Cristóvão, Lote 13, Quadra 36, conforme Edital e seus Anexos. **Área total:** 340,53m². **Preço orçado:** R\$ 683.834,77. **Prazo:** 10 meses. **Data e horário de abertura:** 23/07/2010, às 14h. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

2) Inquérito Civil, nº 00861.00045/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual inobservância dos princípios constitucionais à administração pública, em gestão municipal.

3) Inquérito Civil, nº 00890.00024/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de apurar eventual contrato celebrado entre Fundação e Escritório de Advocacia, em município.

4) Inquérito Civil, nº 01211.00006/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Cível de Osório, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na contratação de funcionários para o atendimento de Programa de Saúde de município.

5) Inquérito Civil, nº 18/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar eventual ato improbidade administrativa, em município.

6) Inquérito Civil, nº 28/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Faxinal Soturno, com a finalidade de apurar suposta prática de ato improbidade administrativa, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00931.00033/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingerta, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade decorrente da contratação, sem licitação, de empresa, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUÍZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 48/2010

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 47/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00806.00006/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria Especializada de Marau, para apurar eventuais irregularidades na permissão de uso firmada entre município e particular, para exploração.

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00931.00071/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingerta, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades nas licitações que ensejaram a contratação de empresa, por município.

2) Inquérito Civil, nº 00931.00015/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingerta, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar a ocorrência de improbidade administrativa decorrente de irregularidades em leilão municipal.



3) Inquérito Civil, nº 00931.00044/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingerta, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa, decorrente do desperdício de alimentos com prazo vencido encontrados nos abrigos de município.

4) Inquérito Civil, nº 00887.00016/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de apurar a regularidade e a qualidade no transporte intermunicipal prestado por empresa.

5) Inquérito Civil, nº 015/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de apurar possível prática de improbidade administrativa, referente irregularidades apontadas em relatório, em município.

6) Inquérito Civil, nº 02/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristina Ledur, da Promotoria de Justiça de Carazinho, com a finalidade de investigar a ocorrência de eventuais atos de improbidade administrativa relacionados à tentativa de obtenção indevida de Carteira Nacional de Habilitação, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00725.00014/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, com a finalidade de investigar a ocorrência de eventuais atos de improbidade administrativa praticado por funcionário de município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 07/2010 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil nº 09/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. André Avelino Mansan.

02) Inquérito Civil nº 10/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. André Avelino de Oliveira.

03) Inquérito Civil nº 11/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Wilson José Dalpiaz.

04) Inquérito Civil nº 12/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Ronaldo Cândido da Rosa.

05) Inquérito Civil nº 13/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Flavio Juarez de Oliveira.

06) Inquérito Civil nº 14/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Valdir Florentino.

07) Inquérito Civil nº 15/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Verno Valesco Anderson.

08) Inquérito Civil nº 16/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigado o Sr. Teobaldo Bulefeld Dewes.

09) Inquérito Civil nº 17/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigada a Sra. Natalia Moretto.

10) Inquérito Civil nº 18/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigada a Paróquia Santo André Avelino.

11) Inquérito Civil nº 19/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular de solo, no Município de Maquiné/RS, tendo como investigada a Sucessão de João Francisco Marcos.

12) Inquérito Civil nº 382/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Janaína de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, com a finalidade de apurar a falta de implantação de Plano de Proteção Contra Incêndio – PPCI no Estádio Francisco Stédile (Centenário), tendo como investigada a Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias, no Município de Caxias do Sul/RS.



13) Inquérito Civil nº 22/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, com a finalidade de apurar o descumprimento e/ou inexistência de Plano Municipal de Mobilidade Urbana previsto no art. 295 da Lei Municipal nº 353/2006 (Plano Diretor de Viamão), tendo em vista a ausência de condições de acessibilidade (rebaixamento de meios fios e equipamentos públicos adaptados) no Município de Viamão, nas paradas 35 e 44 da Av. Sen. Salgado Filho, tendo como investigado o Município de Viamão/RS.

14) Inquérito Civil nº 67/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades em obra no imóvel localizado no Município de Porto Alegre, na Rua Lopo Gonçalves, nº 266, Bairro Cidade Baixa, tendo como investigados o Sr. Paulo José Taffarel e o Município de Porto Alegre/RS.

15) Inquérito Civil nº 68/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na obra localizada no Município de Porto Alegre, na Rua Joaquim Cruz, nº 199, Bairro Santo Antônio, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

16) Inquérito Civil nº 69/2010, instaurado pelos Promotores de Justiça Luciano de Faria Brasil, Norberto Cláudio Pâncaro Avena e Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da existência de áreas com risco de deslizamento ou enchente no Município de Porto Alegre, nas Vilas Silva Paes; Altos da Lagoa e Coqueiro; Mestre Macedinho; e Ideal, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

17) Inquérito Civil nº 70/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de rede pluvial e de energia elétrica em trecho da Rua da Represa, São José, Bairro Partenon, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

18) Inquérito Civil nº 71/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na obra localizada no Município de Porto Alegre, na Rua Riachuelo, nº 284, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

19) Inquérito Civil nº 72/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar infração à ordem urbanística nas confluências das Ruas Coronel Bordini, Vicente da Fontoura e Casemiro de Abreu, em razão de deficiência na sinalização de trânsito e constantes infrações praticadas por veículos, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

20) Inquérito Civil nº 73/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da prestação ineficiente no serviço de transporte coletivo no Município de Porto Alegre, nos Bairros Restinga Velha e Restinga Nova, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

21) Inquérito Civil nº 74/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na rede de esgoto da Av. Pernambuco, Bairro Floresta, na altura do nº 2784, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

22) Inquérito Civil nº 75/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na obra localizada no Município de Porto Alegre, na Rua Jasmim, nº 100, Bairro Vila Nova, tendo como investigados o Sr. Luís Carlos da Silva Machado e o Município de Porto Alegre/RS.

23) Inquérito Civil nº 76/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de ocupação irregular de Praça Pública pelo Condomínio Vivendas do Norte, localizada no Município de Porto Alegre, na Rua Sapê, Bairro Cristo Redentor, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

24) Inquérito Civil nº 77/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de abandono de 4 (quatro) terrenos no Município de Porto Alegre, no Bairro Partenon, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

25) Inquérito Civil nº 78/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da falta de infraestrutura no loteamento localizado no Município de Porto Alegre, na Rua Beco do Recreio, parada 20, Lomba do Pinheiro, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

26) Inquérito Civil nº 79/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI e alvará no Bar Marinheiros, localizado no Município de Porto Alegre, na Praça Rui Barbosa, nº 265, tendo como investigados o Município de Porto Alegre/RS e o proprietário do Bar Marinheiros.



27) Inquérito Civil nº 80/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI e alvará no Bar Caldeirão do Julinho, localizado no Município de Porto Alegre, na Rua Júlio de Castilhos, nº 271, tendo como investigados o Município de Porto Alegre/RS e o proprietário do Bar Caldeirão do Julinho.

28) Inquérito Civil nº 81/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades no funcionamento do estabelecimento denominado “Boteco do Joaquim”, localizado no Município de Porto Alegre, na Rua Joaquim Nabuco, nº 350/358, Bairro Cidade Baixa, tendo como investigados o Município de Porto Alegre/RS e o proprietário do estabelecimento Boteco do Joaquim.

29) Inquérito Civil nº 82/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da existência de eventuais irregularidades no estabelecimento localizado na Av. Diário de Notícias, em frente ao nº 1.555, no Município de Porto Alegre, quanto à ausência de alvará de funcionamento e obstrução de estacionamento no local, tendo como investigados o proprietário do estabelecimento e o Município de Porto Alegre/RS.

30) Inquérito Civil nº 83/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de pavimentação no Município de Porto Alegre, em trecho da Rua Schneider, Bairro Hípica, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

31) Inquérito Civil nº 84/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a regularidade do empreendimento denominado Residencial Park, localizado na Av. Ipiranga, nº 8.400, no Município de Porto Alegre, frente à legislação urbanística e eventuais danos ocorridos no entorno, tendo como investigados o Município de Porto Alegre/RS, a Construtora Santa Fé, localizada na Av. Dr. Nilo Peçanha, no Município de Porto Alegre/RS e a Construtora Inpar, localizada na Rua Olimpíadas, no Município de São Paulo/SP.

32) Inquérito Civil nº 85/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de efetuar o acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei nº 388/2009, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul.

33) Inquérito Civil nº 86/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a necessidade de adequação viária no Bairro Protásio Alves, no Município de Porto Alegre, no que tange à possibilidade de abertura da Rua Projetada nº 2.718, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

34) Inquérito Civil nº 87/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades no fechamento do acesso na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto entre a Sede do Ministério Público e o prédio do Foro Central, no Município de Porto Alegre, durante o horário de funcionamento do plantão judiciário, para a realização de eventos esportivos, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

35) Inquérito Civil nº 88/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da falta de conservação na pavimentação e ausência de iluminação pública, nos dois trechos de acesso ao loteamento denominado “Condomínio Combel”, localizado no Município de Porto Alegre, na Estrada João de Oliveira Remião, nº 9.221, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

36) Inquérito Civil nº 89/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da utilização do passeio público como estacionamento no nº 965, do Acesso C-S, Quadra Quatro, Primeira Unidade Vicinal, na Vila Nova Restinga, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados a Sra. Natalina Brum e o Município de Porto Alegre/RS.

37) Inquérito Civil nº 90/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades na obra localizada no Município de Porto Alegre, na Rua Cabral, nº 30, tendo como investigados o proprietário da obra e o Município de Porto Alegre/RS.

38) Inquérito Civil nº 49/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar construção irregular, por não observadas as medidas legais de recuo, na Rua Dom Pedro II, nº 477, Barra, Tramandaí/RS, tendo como investigada a Sra. Eliana Quites Magoga Pereira.

39) Inquérito Civil nº 23/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta/RS, com a finalidade de apurar possível risco à saúde e à segurança da população em decorrência das condições de conservação do imóvel situado no Município de Cruz Alta, na Rua Mariz e Barros, nº 228, tendo como investigado o Município de Cruz Alta/RS.



40) Peças de Informação nº 22/2010, instauradas pelo Promotor de Justiça Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno/RS, com a finalidade de apurar possível risco de desmoronamento de uma encosta, na Localidade de Linha Geral, no Município de Nova Palma, tendo como investigado o Município de Nova Palma/RS.

41) Inquérito Civil nº 07/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Cai/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular do solo urbano, situado no prolongamento da Rua Carlos Maahs, junto ao Loteamento Morada do Vale, no Município de São Sebastião do Cai/RS, tendo como investigado o Sr. João Batista Nascimento dos Santos.

42) Inquérito Civil nº 11/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, com a finalidade de apurar ocorrência de alagamentos nas Ruas João Luderitz, João Pessoa, Santarém, Euclides da Cunha e arredores, causados pelas chuvas, tendo como investigado o Município de Sapiranga/RS.

43) Inquérito Civil nº 12/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, com a finalidade de apurar ocorrência de parcelamento irregular do solo urbano, na modalidade de loteamento, localizado na Rua Linea Maria Gewer, Bairro Imigrante, no Município de Nova Hartz/RS, tendo como investigado o Sr. Egídio Luís Sauer.

44) Inquérito Civil nº 20/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, com a finalidade de apurar ocorrência de parcelamento irregular do solo urbano, na modalidade de loteamento, localizado na Rua José Apolônio, Zona Rural, no Município de Araricá/RS, tendo como investigado o Sr. Ivo José Lazaretti.

45) Inquérito Civil nº 59/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves/RS, com a finalidade de apurar a adequação de empreendimento ao Plano Diretor, tendo como investigado o Condomínio Jardim do Sol, localizado na Linha Palmeiro, Município de Bento Gonçalves/RS.

46) Peças de Informação nº 103/2010, instauradas pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande/RS, com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento da Boate Star Club, tendo como investigada a Boate Star Club, localizada no Município de Rio Grande/RS.

47) Inquérito Civil nº 10/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos/RS, com a finalidade de apurar a implantação de Plano Diretor no Município de Marcelino Ramos, tendo como investigado o Município de Marcelino Ramos/RS.

48) Inquérito Civil nº 04/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho/RS, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na execução de parcelamento e/ou ocupação do solo urbano, com possível incidência em área de preservação permanente (APP) de curso d'água, ausência de infra-estrutura básica e em local alagadiço, em área situada nas proximidades da Rua Lajeado, nº 182, Bairro Fey, no Município de Carazinho/RS, tendo como investigados o Município de Carazinho/RS e outros a apurar.

49) Peças de Informação nº 109/2010, instauradas pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande/RS, com a finalidade de apurar possível descumprimento de resolução do CONTRAN, referente à utilização de tachas e tachões nas vias públicas, no Município de Rio Grande, tendo como investigado o Município de Rio Grande/RS.

50) Inquérito Civil nº 40/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, com a finalidade de esclarecer os limites territoriais municipais da área denominada Morro do Paula, tendo como investigados o Município de Gravataí/RS, o Município de Novo Hamburgo/RS, o Município de São Leopoldo/RS e o Município de Sapucaia do Sul/RS.

51) Peças de Informação nº 111/2010, instauradas pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande/RS, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na estrada RS 734, no Município de Rio Grande, referente à ausência de postes de iluminação e falta de manutenção das paradas de ônibus, tendo como investigado o Município de Rio Grande/RS.

52) Inquérito Civil nº 09/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio/RS, com a finalidade de investigar os danos causados no Seminário Claretiano, em especial em razão do depósito de restos de asfalto e da destruição do pátio, dos bancos e da quadra poliesportiva, no Município de Esteio/RS, tendo como investigada a Mac Engenharia Ltda.

53) Inquérito Civil nº 25/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno/RS, com a finalidade de apurar possível existência de loteamento irregular na Rua Dom Antônio Reis com a Rua Fioravante Bagiotto, no Município de Nova Palma/RS, tendo como investigado o Sr. Irani Mario Alessio Rossato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de Julho de 2010.

LISANDRA DEMARI,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.